

L E I n° 3.413/2014

Data : 27 de fevereiro de 2014.

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a outorgar concessão de direito real de uso de imóvel à **MITRA DIOCESANA DE JACAREZINHO (PR)**, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar concessão de direito real de uso do imóvel à **MITRA DIOCESANA DE JACAREZINHO(PR)**, pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação de atividades de organizações religiosas da Igreja Católica Apostólica Romana, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 78.212.669/0001-34, uma área com a seguinte descrição: "Um terreno partindo do ponto 01 medindo 52,00m (cinquenta e dois metros) confrontando-se com a Rua "E", até o ponto 02, onde deflete a direita em arco de concordância e segue distância de 6,28m (seis metros e vinte e oito centímetros) confrontado com a Rua "E", até o ponto 03 onde deflete a direita e segue distância de 50,00m (cinquenta metros) confrontando com a Rua Antonio Tomé, até o ponto 04 onde deflete a direita e segue distância de 60,00m (sessenta metros) confrontando com a Rua a Área Institucional do Município, até o ponto 05, onde deflete a direita e segue distância de 50,00m (cinquenta metros), confrontando com a Rua José Altizani, até o ponto 06, onde deflete em arco de concordância e segue distância de 6,28m (seis metros e vinte e oito centímetros) até o ponto 01, onde iniciou essa medição totalizando uma área de 3.232,99m² (três mil, duzentos e trinta e dois metros e noventa e nove centímetros quadrados), denominado Lote 13, Quadra E", a que se refere a Matrícula nº 13.414 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Bandeirantes(PR), avaliado em R\$-14.225,15 (quatorze mil, duzentos e vinte e cinco reais e quinze centavos).

§ 1º - A concessão contida no "caput" deste artigo será pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

§ 2º - Expirado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, ensejará a formalização da escritura pública definitiva de doação à concessionária que será outorgada pelo Município.

Art. 2º - O imóvel destina-se a edificação de uma capela, salão para reuniões e outros fins religiosos.

Art. 3º - O imóvel não poderá ser hipotecado, penhorado, arrestado, seqüestrado, arrecadado, ou por qualquer forma onerado, nem alienado, o que constará como ônus no registro imobiliário.

Art. 4º - A mudança, em qualquer tempo, da destinação do imóvel, dependerá da prévia autorização, por lei municipal, sob pena do imóvel ser revertido ao município, com todas as benfeitorias ali construídas.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de
Bandeirantes, Estado do Paraná, em 27 de fevereiro de 2014.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal